ISSN Impresso 1809-3280 | ISSN Eletrônico 2177-1758
www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas

ÍNDICE REMISSIVO TEMÁTICO
(PAGINAÇÃO BASEADA NOS VOLUMES IMPRESSOS)

DIREITO ADMINISTRATIVO

A CONCILIAÇÃO NO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO CIRADS NO RIO GRANDE DO NORTE
..... Vol. 13.2, 229-246

A EFICÁCIA DO DIREITO DE PREEMPÇÃO NO PLANO DIRETOR
..... Vol. 6, 191-206

A LIVRE APRECIAÇÃO DO MAGISTRADO NA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL
..... Vol. 3, 331-342

A QUESTÃO DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NO EXAME DA ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS DE PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE COM VENCIMENTOS DE MÉDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
..... Vol. 7, 427-433

AGÊNCIAS REGULADORAS: AUTONOMIA E CONTROLE
..... Vol. 9, 223-254

ALTERAÇÃO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OBEDIÊNCIA AOS LIMITES DE VALOR DA MODALIDADE LICITATÓRIA QUE ANTECEDEU A CONTRATAÇÃO
..... Vol. 10, 217-230

CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DESTINADOS AO AUMENTO DOS PREÇOS DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA
..... Vol. 8, 479-493

CONTROLE JURISDICIONAL E DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
..... Vol. 1, 195-202

DIREITO ADMINISTRATIVO, NORMA JURÍDICA E ATO ADMINISTRATIVO
..... Vol. 2, 190-201

MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO, DECISÃO JUDICIAL E A RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS
..... Vol. 8, 221-245

MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DO EMPREGADO PÚBLICO
..... Vol. 7, 153-170

O CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE OS ATOS EMANADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE
..... Vol. 12.1, 45-74

O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E A SÚMULA Nº. 343 DO STJ
..... Vol. 9, 313-328

OS DUTOS DE TRANSPORTE DO GÁS NATURAL E A REGULAÇÃO DO LIVRE ACESSO NO BRASIL: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E ATUAIS
..... Vol. 7, 283-303

OS LIMITES DO CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO À LUZ DA PRINCIPIOLOGIA CONSTITUCIONAL
..... Vol. 10, 231-254

TEORIA DO FATO CONSUMADO: APLICAÇÃO E EFICÁCIA À LUZ DA SEGURANÇA JURÍDICA
..... Vol. 13.1, 25-50

DIREITO AMBIENTAL

A CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROPRIEDADE DAS MINAS E A RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS AMBIENTAIS NUM CONTEXTO DE ECONOMIA DE MERCADO
..... Vol. 3, 437-461

A ECONOMIA PERVERSA: O IMPACTO DOS MERCADOS SOBRE O MEIO AMBIENTE
..... Vol. 6, 239-256

A IMPORTÂNCIA DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE
..... Vol. 6, 77-86

A MATRIZ TEÓRICA DO DIREITO AMBIENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
..... Vol. 3, 71-83

A REGULAÇÃO DA ÁGUA NOS CAMPOS PETROLÍFEROS
..... Vol. 3, 471-496

A RESERVA FLORESTAL LEGAL EM SEU DEVIDO LUGAR: UMA BREVE VISADA CRÍTICA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS SOB A ÓPTICA DE PRINCÍPIOS CARDEAIS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO
..... Vol. 7, 227-244

A SOLIDARIEDADE SOCIAL E A CIDADANIA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
..... Vol. 3, 175-184

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) E O DIREITO DO CIDADÃO A UM SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO EFICIENTE: ANÁLISE ACERCA DA ATUAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE
..... Vol. 12.2, 175-196

ANÁLISE JURÍDICA DA POLUIÇÃO SONORA
..... Vol. 3, 557-574

ANALISI CRITICA DEL C.D. “CODICE AMBIENTALE”: UNA RACCOLTA DI LEGGI AMBIENTALI, NON UN VERO E PROPRIO TESTO UNICO
..... Vol. 7, 45-52

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, CONFORME A LEI Nº 9.985/2000: SUAS CARACTERÍSTICAS E REGIME JURÍDICO-AMBIENTAIS
..... Vol. 8, 371-400

ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM MATÉRIA AMBIENTAL
..... Vol. 8, 583-600

ASPECTOS GENERALES DE LA PROTECCIÓN JURÍDICA AMBIENTAL DE LA ACTUAL UNIÓN EUROPEA
..... Vol. 12.1, 25-44

ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
..... Vol. 2, 324-346

AVANÇOS E RETROCESSOS DO DIREITO DO AMBIENTE NA EUROPA COMUNITÁRIA: ANÁLISE CRÍTICA DA DIRECTIVA 2004/35/CE RELATIVA A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
..... Vol. 1, 74-94

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL
..... Vol. 5, 579-594

CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
..... Vol. 4, 431-458

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA INJUSTA DISTRIBUIÇÃO DO DANO E DO RISCO AMBIENTAL NO ESPAÇO SOCIAL
..... Vol. 7, 411-425

ESTUDO COMPARATIVO DA PROTEÇÃO CONCENTRADA DO MEIO AMBIENTE NOS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DA COLÔMBIA
..... Vol. 4, 173-180

FUNDAMENTO E LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO-JUIZ NA ATIVIDADE PRIVADA EM RELAÇÃO AO BEM AMBIENTAL
..... Vol. 5, 87-98

HISTÓRIA, DIREITO E MEIO AMBIENTE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS
..... Vol. 8, 87-116

IL RECEPIMENTO DELLA DIRETTIVA EUROPEA 2004/35/CE IN MATERIA DI RESPONSABILITÁ PER DANNI ALL'AMBIENTE: UM INCONCILIABILE COMPROMESSO ALL'ITALIANA
..... Vol. 6, 49-56

JURISGAIA: A QUESTÃO AMBIENTAL E OS LIMITES DE SUA INVOCAÇÃO
..... Vol. 4, 411-430

LEI DE BIOSSEGURANÇA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE: A NECESSIDADE DE PREVINIR OS RISCOS LABORAIS
..... Vol. 2, 57-81

LIBERDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
..... Vol. 1, 166-175

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO
..... Vol. 6, 359-37

O ATUAL ESTADO REGULATÓRIO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DAS ATRIBUIÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO
..... Vol. 11, 335-350

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: ASPECTOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA DA FAUNA
..... Vol. 7, 345-375

OMISSÃO INDIRETA E RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DO ESTADO
..... Vol. 4, 153-172

OUTORGA DE DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
..... Vol. 8, 563-582

PRESSUPOSTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL
..... Vol. 1, 127-165

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL: ANÁLISE DO SEU REGIME JURÍDICO
..... Vol. 11, 285-298

RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL NA ATIVIDADE DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS
..... Vol. 12.2, 157-174

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES AMBIENTAIS
..... Vol. 3, 217-230

RESTRIÇÕES À LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E À SAÚDE PÚBLICA NA UNIÃO EUROPÉIA
..... Vol. 7, 123-138

UMA CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE
..... Vol. 8, 27-36

DIREITO CIVIL

A BOA-FÉ CONTRATUAL NOS REGIMES JURÍDICOS DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
..... Vol. 4, 349-358

A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE
..... Vol. 11, 319-334

A FAMÍLIA PELA ÓPTICA PSICANALÍTICA
..... Vol. 5, 147-158

A RESPONSABILIDADE PROSPECTIVA COMO PRINCÍPIO IMPLÍCITO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
..... Vol. 13.2, 45-70

A REVISÃO CONTRATUAL: PRINCÍPIOS INFORMADORES E NOVAS PERSPECTIVAS
..... Vol. 3, 353-368

A SISTEMÁTICA DAS CLÁUSULAS GERAIS NO NOVO CÓDIGO CIVIL
..... Vol. 5, 455-470

ABUSO DE DIREITO E O SEU CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ
..... Vol. 11, 09-20

ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR PARCEIROS HOMOSSEXUAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE
..... Vol. 3, 125-148

ADOÇÃO DE FATO E A POSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO PÓSTUMO
..... Vol. 5, 553-578

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: DO PRECONCEITO À JUSTIÇA
..... Vol. 5, 529-544

BREVE ESCORÇO ACERCA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA WEB
..... Vol. 12.2, 09-30

DANO MORAL COLETIVO
..... Vol. 7, 199-225

DOS ALIMENTOS GRAVÍDICOS
..... Vol. 12.1, 135-142

LIAMES ACERCA DA NOVA CONCEPÇÃO DO DIREITO DE FILIAÇÃO: A AFETIVIDADE FAMILIAR EM DETRIMENTO DA PERSPECTIVA GENÉTICA
..... Vol. 8, 515-529

O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA COMO UM NOVO DIREITO DA PERSONALIDADE
..... Vol. 6, 87-112

O INSTITUTO DA POSSE NO ÂMBITO INDÍGENA
..... Vol. 7, 245-261

O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DA VONTADE NO DIREITO PRIVADO: PERSPECTIVA HISTÓRICA, POLÍTICA, ECONÔMICA, JURÍDICA E FILOSÓFICA
..... Vol. 2, 27-40

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR
..... Vol. 3, 419-436

O SUPRIMENTO DE IDADE PARA MATRIMÔNIO FRENTE À MODIFICAÇÃO PENAL
..... Vol. 3, 287-298

REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL NO BRASIL
..... Vol. 13.1, 173-194

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENFERMEIRO
..... Vol. 2, 260-269

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PERANTE OS MALEFÍCIOS ORIUNDOS DA GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO
..... Vol. 9, 33-56

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA
..... Vol. 3, 29-52

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL OU DO INADIMPLEMENTO DE ESCASSA IMPORTÂNCIA: REFLEXOS DA BOA-FÉ OBJETIVA
..... Vol. 11, 231-252

UMA REFLEXÃO SOBRE O PROBLEMA DO INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
..... Vol. 5, 229-254

DIREITO CONSTITUCIONAL

15 ANOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO: BREVE RETRATO DO MAIOR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DO PAÍS
..... Vol. 9, 115-140

A COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA SOLUÇÃO NO CASO "SIEGFRIED ELLWANGER" JULGADO PELO STF
..... Vol. 7, 171-198

A FORÇA NORMATIVA DAS DIRETRIZES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE DO BRASIL
..... Vol. 6, 227-238

A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA OFERECIDO PELA ENTIDADE FAMILIAR COMO GARANTIA REAL EM FAVOR DE PESSOA JURÍDICA
..... Vol. 4, 37-52

A IMPORTÂNCIA DA POSTURA DO JUIZ CRIMINAL PARA A DEFESA DO REGIME CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO À LIBERDADE
..... Vol. 6, 63-76

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MARIA DA PENHA SOB O PRISMA DA IGUALDADE CONSTITUCIONAL
..... Vol. 5, 59-72

A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: INTERPRETAR É ARGUMENTAR POR MEIO DE PRINCÍPIOS
..... Vol. 5, 197-214

A LEGISLAÇÃO CONFORMADORA E RESTRITIVA NA DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
..... Vol. 9, 87-98

A LIBERDADE DE IMPRENSA FRENTE AO DIREITO À PRIVACIDADE
..... Vol. 5, 159-172

A OBRIGAÇÃO ESTATAL DE PRESTAÇÃO DO "TRATAMENTO ADEQUADO" E O CARÁTER PRINCIPIOLÓGICO DA TUTELA À SAÚDE
..... Vol. 13.2, 171-188

A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL NAS CHAMADAS POLÍTICAS PÚBLICAS
..... Vol. 1, 380-392

A PROBLEMÁTICA DA EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS
..... Vol. 13.2, 71-90

A QUESTÃO DA INEFICÁCIA SOCIAL DA CONSTITUIÇÃO E OS NOVOS RUMOS NA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
..... Vol. 2, 351-368

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA
..... Vol. 9, 291-312

A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E OS EFEITOS PRODUZIDOS NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE
..... Vol.12.1,211-232

A VOTAÇÃO UNÂNIME NO JÚRI E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL
..... Vol. 2, 290-306

ACESSO SUBSTANCIAL DOS DISCRIMINADOS À JUSTIÇA
..... Vol. 3, 19-26

ALGUNAS CONSIDERACIONES CRÍTICAS SOBRE LOS PROCESOS CONSTITUYENTES EM ECUADOR Y VENEZUELA
..... Vol. 6, 307-316

AMICUS CURIAE: O PLURALISMO DEMOCRÁTICO E O PROCESSO DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
..... Vol. 2, 270-289

APONTAMENTOS PARA UM CONCEITO JURÍDICO DE CIDADANIA
..... Vol. 1, 31-72

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL: CONCEITO, PRINCIPAIS ASPECTOS, MODALIDADES E EFEITOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
..... Vol. 7, 97-121

AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL
..... Vol. 4, 339-348

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES EM SALAS DE BATE-PAPO VIRTUAIS
..... Vol. 11, 37-50

BREVE ESTUDO ACERCA DA DELIMITAÇÃO CONSTITUCIONAL DA COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
..... Vol. 7, 263-282

BREVES NOTAS ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS
..... Vol. 5, 73-86

COLISÃO ENTRE O DIREITO AO CONHECIMENTO DA ASCENDÊNCIA BIOLÓGICA E O DIREITO À INVIOLABILIDADE DO CÓDIGO GENÉTICO
..... Vol. 11, 79-102

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA: EVOLUÇÃO E FRAGILIDADES – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
..... Vol. 1, 176-198

CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
..... Vol. 9, 329-350

CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE
..... Vol. 5, 505-518

DA INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS PENAIS EM BRANCO HETEROGÊNEAS
..... Vol. 8, 37-56

DIREITO CONSTITUCIONAL À INFORMAÇÃO: REFLEXOS SOBRE GARANTIAS POSSÍVEIS
..... Vol. 3, 575-590

DIREITOS SOCIAIS: EM BUSCA DE UMA JUSTICIABILIDADE POSSÍVEL
..... Vol. 11, 155-172

DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO HABEAS DATA
..... Vol. 9, 141-156

FUNÇÃO JURÍDICO-ORIENTADORA DA DEFENSORIA PÚBLICA
..... Vol. 12.2, 211-228

EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: O PAPEL DAS SÚMULAS VINCULANTES NA TUTELA DE INTERESSES COLETIVOS
..... Vol. 12.1, 09-24

ENSAIO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO
..... Vol. 5, 347-360

HABEAS CORPUS E O DIREITO AO SILÊNCIO NAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO: GARANTIA CONSTITUCIONAL OU MUNIFICÊNCIA DOS TRIBUNAIS
..... Vol. 4, 129-138

INCONSTITUCIONALIDADE DA URNA ELETRÔNICA
..... Vol. 3, 279-286

JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS ANTES DE SUA ENTRADA EM VIGOR: UMA CONTRIBUIÇÃO À SEGURANÇA JURÍDICA
..... Vol. 8, 315-352

JUSTIÇA VIRTUAL: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELO CIDADÃO
..... Vol. 7, 329-343

LIBERDADE CONSTITUCIONAL DE GÊNERO: LEI MARIA DA PENHA
..... Vol. 5, 315-332

LIMITES À RETROATIVIDADE DO PRECEDENTE UNIFORMIZADOR DE JURISPRUDÊNCIA
..... Vol. 11, 51-78

MEDIDA PROVISÓRIA 417/08 E SUA QUESTIONÁVEL CONSTITUCIONALIDADE: A QUESTÃO DA ABORDAGEM DE MATÉRIA PENAL
..... Vol. 9, 185-200

MINISTÉRIO PÚBLICO – TRAÇOS DE SUA ORIGEM
..... Vol. 1, 260-278

MODULAÇÃO TEMPORAL DE EFEITOS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
..... Vol. 10, 171-190

NOVA LEI FRANCESA DE LAICIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: ENSAIO INTRODUTÓRIO
..... Vol. 6, 317-358

O CONSTITUCIONALISMO ECONÔMICO: ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE
..... Vol. 4, 267-286

O CONTROLE JURISDICIONAL DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL – A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E O MANDADO DE INJUNÇÃO
..... Vol. 3, 95-112

O DIREITO À SAÚDE E O RETROCESSO/REVISÃO DO POSTULADO FUNDAMENTAL DO SER HUMANO: SINTOMAS E HIÂNCIA
..... Vol. 12.2, 143-156

O EFEITO PERANTE TERCEIROS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA APLICAÇÃO NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA
..... Vol. 13.2, 313-338

O ESTADO DE EXCEÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
..... Vol. 11, 121-136

O PODER MODERADOR COMO ORIGEM DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL
..... Vol. 4, 195-224

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE EM FACE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA BOA-FÉ
..... Vol. 2, 105-113

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS
..... Vol. 1, 336-362

OS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E SUA UTILIZAÇÃO COMO PARÂMETRO DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DAS NORMAS
..... Vol. 13.2, 247-266

PENA DE MORTE: SOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA OU VIOLAÇÃO DO DIREITO À VIDA?
..... Vol. 7, 139-152

PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL – A LIBERDADE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
..... Vol. 5, 299-314

PROPRIEDADE COMO DIREITO INDIVIDUAL E COMO PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA
..... Vol. 8, 353-370

RECALL: INSTRUMENTO GARANTIDOR DA LEGITIMIDADE REPRESENTATIVA
..... Vol. 1, 242-249

SÚMULA VINCULANTE: SOLUÇÃO OU EXCRESCÊNCIA JURÍDICA?
..... Vol. 9, 57-86

SÚMULAS VINCULANTES
..... Vol. 4, 225-236

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LEGITIMIDADE E CORTE CONSTITUCIONAL
..... Vol. 8, 247-273

UMA NOVA ROUPAGEM PARA A INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
..... Vol. 5, 471-480

VIDA E ARBÍTRIO INDIVIDUAL: O DEVER MÉDICO VERSUS A LIBERDADE RELIGIOSA
..... Vol. 9, 157-184

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

CONFLITO ENTRE A SEPARAÇÃO DOS PODERES E OS PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO INTEGRAL E PRIORIDADE ABSOLUTA: DIREITOS GARANTIDOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
..... Vol. 2, 236-243

DIREITO PENAL JUVENIL E ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
..... Vol. 13.2, 207-228

O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA SANCIONAL JUVENIL NA ALEMANHA
..... Vol. 13.1, 51-64

O INSTITUTO PRESCRICIONAL NA AÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
..... Vol. 3, 407-418

DIREITO DO CONSUMIDOR

A DEFESA DO CONSUMIDOR E A FALTA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA A REGULAÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
..... Vol. 9, 255-290

A OUTORGA DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR
..... Vol. 8, 11-25

APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CDC NA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS VIA REDE ELETRÔNICA
..... Vol. 4, 115-128

DIREITO À INFORMAÇÃO QUALIFICADA NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE: ESTUDO DAS IMPLICAÇÕES DA DIFERENÇA ENTRE CERTIFICADO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E TÍTULO DE ESPECIALISTA EM DERMATOLOGIA
..... Vol. 13.2, 267-290

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA NA DEFESA DO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
..... Vol. 5, 393-402

DIREITO DO TRABALHO

A REALIDADE DO TELETRABALHO NO BRASIL E NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS
.....Vol. 12.1, 103-116

AS RELAÇÕES LABORAIS E O USO DAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS: O CASO ESPANHOL
..... Vol. 2, 244-259

O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS
..... Vol. 7, 61-73

O TELETRABALHO DENTRO DE UMA VISÃO MAIS AMPLA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA
..... Vol. 3, 507-522

PRESSÃO, SOBRECARGA DE TRABALHO E REALIZAÇÃO DE TAREFAS FORA DA JORNADA DE TRABALHO – A FACE MAIS OBJETIVA DO ASSÉDIO MORAL
..... Vol. 6, 207-226

UMA NOVA MANEIRA DE TRABALHAR: TELETRABALHO – CONCEITO E A LEI APLICÁVEL
..... Vol. 3, 113-124

DIREITO ECONÔMICO

O PAPEL DO DIREITO ECONÔMICO COMO FATOR DE CONCILIAÇÃO ENTRE O LIBERALISMO E O SOCIALISMO
..... Vol. 2, 307-323

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS E SUA EFETIVAÇÃO JURÍDICO-POLÍTICA NA ORDEM ECONÔMICA
..... Vol. 7, 305-327

OS DESAFIOS REGULATÓRIOS DO PRÉ-SAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DA ANP
..... Vol. 13.1, 141-156

UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS BALIZADORES DO DIREITO ANTITRUSTE: EFICIÊNCIA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
..... Vol. 10, 83-104

DIREITO ELEITORAL

A DUPLA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA SOB A ÓTICA DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI Nº 9.096/95)
..... Vol. 4, 139-152

A INELEGIBILIDADE DO NÃO-ALFABETIZADO COMO INIBIDORA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA
..... Vol. 13.1, 117-140

A REPRESENTAÇÃO ELEITORAL PREVISTA NO ART. 30-A DA LEI DAS ELEIÇÕES: ASPECTOS PROCESSUAIS E ESTUDO SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO
..... Vol. 10, 105-130

DIREITO EMPRESARIAL

A LEI 11.101/05 APLICADA AO CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA VARIG
..... Vol. 10, 255-272

A REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO
..... Vol. 5, 37-58

CÓDIGO CIVIL DE 2002: A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRADOR NÃO-SÓCIO E AS SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIAS LTDA
..... Vol. 1, 319-335

LIMITAÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: ESPECULAÇÃO NA NOVA LEI DE FALÊNCIA
..... Vol. 5, 595-606

LIVRE CONCORRÊNCIA
..... Vol. 5, 215-228

DIREITO INTERNACIONAL

A POSSIBILIDADE DA DENÚNCIA DE TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E O CONGRESSO NACIONAL
..... Vol. 8, 495-514

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO PLANO SUPRANACIONAL: O CASO EUROPEU
..... Vol. 11, 299-318

AS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E A EXECUÇÃO NO BRASIL
..... Vol. 8, 531-562

CONFLITOS SÓCIO-POLÍTICOS E JURÍDICOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL
..... Vol. 10, 33-46

DERECHO INTERNACIONAL, PROTECCIÓN DEL INVERSOR EXTRANJERO Y ACUERDOS BILATERALES, QUO VADIS?
..... Vol. 8, 57-86

DIREITO DA INTEGRAÇÃO: CAMINHO RUMO AO FIM DA SOBERANIA DOS ESTADOS?
..... Vol. 5, 481-504

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO COMPARADA DOS PAÍSES DO MERCOSUL
..... Vol. 8, 167-191

GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E DIREITO DO CONSUMIDOR COMPARADO: COTEJO DAS NORMAS DE DIREITO DO CONSUMIDOR DOS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL
..... Vol. 6, 35-48

IBAS: REALIDADES E PERSPECTIVAS
..... Vol. 5, 361-376

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PATENTES E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO
..... Vol. 7, 21-43

OS PROCEDIMENTOS DE TOMADA DE DECISÕES DO CONSELHO GERAL DA OMC, EXPRESSÃO OU NÃO DE DEMOCRACIA? UMA ANÁLISE DO ARTIGO IX DA ATA DE MARRAQUECHE
..... Vol. 5, 121-146

OS PROBLEMAS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO: UMA VISÃO JURÍDICA, ECONÔMICA E COMERCIAL
..... Vol. 6, 19-34

DIREITO PENAL

A APLICAÇÃO DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE DO ART. 128, II, DO CÓDIGO PENAL AOS CASOS SE ANENCEFALIA: PREVALÊNCIA EXCEPCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA SOBRE O DIREITO À VIDA
..... Vol. 3, 185-206

A CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE E A APLICABILIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA POR PRAZO INDETERMINADO SOB AS ÓTICAS CONSTITUCIONAL E PENAL
..... Vol. 10, 59-70

A CONCEPÇÃO MATERIAL DO TIPO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA INSIGNIFICÂNCIA COMO CAUSA DE EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE
..... Vol. 1, 214-224

A CONTEMPORANEIDADE E O TRATAMENTO DOS ESTRANHOS À COMUNIDADE
..... Vol. 3, 263-278

A LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPADA
..... Vol. 3, 299-312

A RESPONSABILIDADE PENAL DO ESTADO POR CRIMES AO AMBIENTE
..... Vol. 3, 545-556

ANENCEFALIA: ABORTO ILEGAL OU INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA?
..... Vol. 12.2, 105-124

ANTECEDENTES, REINCIDÊNCIA E REABILITAÇÃO À LUZ DO PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE
..... Vol. 12.1, 143-160

APLICABILIDADE DA TENTATIVA NOS CRIMES UNISSUBSISTENTES
..... Vol. 3, 83-94

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS
..... Vol. 10, 191-216

APONTAMENTOS JURÍDICOS ACERCA DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL
..... Vol. 10, 17-32

ASPECTOS POLÊMICOS DA RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA
.....Vol. 4, 181-194

DISCURSO SOBRE O SISTEMA PENAL – UMA VISÃO CRÍTICA
..... Vol. 3, 523-544

FUNÇÕES DA PENA: PARADOXOS FÁTICOS DA TEORIA PREVENTIVA
..... Vol. 13.2, 147-170

NOTAS AO SISTEMA HUMANISTA DE BECCARIA: BREVE CONTRIBUTO À CONSTRUÇÃO DE UMA ANTINOMIA ENTRE BECCARIA E KAFKA
..... Vol. 2, 41-56

O FUNDAMENTO POLÍTICO DO DIREITO DE DEFESA E O SEU CONTRASTE NA CONTEMPORANEIDADE
..... Vol. 10, 71-82

O TRABALHO CARCERÁRIO COMO OPÇÃO DE REINSERÇÃO DO APENADO
..... Vol. 12.1, 169-192

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E PRINCIPIOLÓGICA ACERCA DA AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DA GRANDE INVALIDEZ A OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
..... Vol. 12.1, 193-210

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A APLICABILIDADE DA LEI 11.441/2007: INVENTÁRIO, PARTILHA, SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS
.....Vol. 8, 401-427

A CONCILIAÇÃO COMO FORMA DE SOLUÇÃO CÉLERE E EFICAZ DAS LIDES CÍVEIS
..... Vol. 8, 429-452

A ERA VIRTUAL DO PROCESSO JUDICIAL: A EXPERIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS VIRTUAIS E O PROJETO DE LEI DE INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO
..... Vol. 3, 383-406

A IMPENHORABILIDADE DOS SALÁRIOS ANTE OS PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, DA PROPORCIONALIDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
.....Vol. 10, 09-16

A IMPERATIVIDADE DO DIREITO POSITIVO E O PODER DO JUIZ NA APRECIAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR
..... Vol. 12.1, 161-168

ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE: A EXEGESE DO §7º DO ART. 273 DO CPC
..... Vol. 3, 343-352

ANÁLISE ECONÔMICA DA EXECUÇÃO PENAL: RESSOCIALIZAÇÃO E REGIME SEMIABERTO
..... Vol. 13.2, 101-124

ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DA PARTE INCONTROVERSA DO PEDIDO: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE?
..... Vol. 3, 369-382

APONTAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DAS MULTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
..... Vol. 5, 545-552

ATIVIDADE INSTRUTÓRIA DO MAGISTRADO, IMPARCIALIDADE E IGUALDADE PROCESSUAL
..... Vol. 5, 415-432

BREVE ANÁLISE SOBRE O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL NO PROCESSO CIVIL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE PROCESSUAIS
..... Vol. 1, 306-318

BREVIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO CASO E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL
..... Vol. 7, 401-409

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES NO SISTEMA RECURSAL CÍVEL BRASILEIRO PRESENTES NO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
..... Vol. 12.1, 117-134

DA POSSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POSSUÍREM EFEITO SUSPENSIVO
..... Vol. 3, 20

DA PROMOÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELA DEFENSORIA PÚBLICA
..... Vol. 12.1 89-102

DIREITO À PROVA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
..... Vol. 13.2, 189-206

DIREITO PROCESSUAL E FILOSOFIA DO DIREITO: UMA VISÃO DO PROCESSO COM APORTE NA TEORIA DO DISCURSO – BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES
..... Vol. 4, 371-388

ESTUDO DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E O ERRO MATERIAL COMO CAUSA DE REVISÃO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS
..... Vol. 2, 201-221

EXISTÊNCIA E VALIDADE DA RELAÇÃO PROCESSUAL
..... Vol. 1, 12-24

INSERÇÃO E PERSPECTIVAS DA TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO
..... Vol. 3, 497-506

JULGAMENTO FRACIONADO DA LIDE COM ANTECIPAÇÃO PARCIAL E DEFINITIVA DA TUTELA
..... Vol. 5, 183-196

O DIREITO DE DEFESA DURANTE O INQUÉRITO POLICIAL E A SÚMULA VINCULANTE 14
..... Vol. 11, 253-284

O JULGAMENTO LIMINAR DAS AÇÕES REPETITIVAS E A MITIGAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACESSO À JUSTIÇA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
..... Vol. 5, 255-270

O JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA – UMA LEITURA SISTEMÁTICA DA LEI 11.277/2006
..... Vol. 8, 275-313

O ÓBVIO QUE NÃO SE VÊ: A NOVA FORMA DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE
..... Vol. 2, 346-350

O PAPEL DO JUIZ NA TENTATIVA DA PACIFICAÇÃO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO
..... Vol. 6, 147-174

O PROCESSO CIVIL NO ESTADO CONSTITUCIONAL E O FENÔMENO DA "COMMONLAWLIZAÇÃO" DO DIREITO BRASILEIRO
..... Vol. 6, 175-190

O RECURSO DE AGRAVO NA NOVA SISTEMÁTICA DA LEI 11.187/2005
..... Vol. 2, 114-140

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA PEC DOS RECURSOS
..... Vol. 13.2, 09-30

PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE O NOVO CONCEITO DE SENTENÇA E O PROBLEMA DA RECORRIBILIDADE
..... Vol. 4, 19-36

PRINCÍPIO DISPOSITIVO E O PUBLICISMO NO PROCESSO CIVIL
..... Vol. 3, 313-332

RECENTES ALTERAÇÕES DO CPC
..... Vol. 2, 157-188

DIREITO PROCESSUAL PENAL

A EFETIVAÇÃO DA DEFESA PENAL DATIVA COMO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO
..... Vol. 5, 25-36

A IMPOSSIBILIDADE DE VEDAÇÃO LEGISLATIVA ABSOLUTA A LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL
..... Vol. 3, 53-70

A LEGÍTIMA DEFESA PERMANENTE FRENTE AOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO JÚRI E DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO
..... Vol. 4, 359-370

A REVISÃO CRIMINAL, UM DIREITO NÃO SÓ DO CONDENADO, MAS TAMBÉM DA SOCIEDADE
..... Vol. 1, 202-213

A VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NA DOSIMETRIA DA PENA
..... Vol. 5, 271-298

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR (LEI 11.340/06)
..... Vol. 4, 105-114

CRITÉRIOS ORIENTADORES PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE: EM BUSCA DA DEVIDA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
..... Vol. 1, 117-125

DA POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE NO PROCESSO PENAL
..... Vol. 5, 377-392

DOS DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL
..... Vol. 2, 11-16

INQUÉRITO POLICIAL: APONTAMENTOS SOBRE SEU VALOR PARA A *PERSECUTIO CRIMINIS*
..... Vol. 5, 403-414

MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AGÊNCIA DE *ACCOUNTABILITY*: CIFRAS BRANCAS DA IMPUNIDADE E INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE- JUSTIÇA
..... Vol. 2, 90-104

O ABUSO DA GARANTIA DE DEFESA NO PROCESSO PENAL: A RENOVAÇÃO DA DEFESA PENAL PROTELATÓRIA
..... Vol. 7, 75-88

O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL
..... Vol. 3, 461-470

TRIBUNAL DO JÚRI – UMA LEITURA DO ART. 487 DO CPP À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
..... Vol. 5, 433-454

UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA PRISÃO PREVENTIVA
..... Vol. 5, 105-120

DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO

QUALIFICAÇÃO REGISTRAL IMOBILIÁRIA DOS TÍTULOS JUDICIAIS: CRITÉRIOS E LIMITES CONFORME A DOUTRINA BRASILEIRA
..... Vol. 12.2, 49-76

DIREITO TRIBUTÁRIO

A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
..... Vol. 1, 103-115

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A BASE DE CÁLCULOS E O DESTINO DE SUA ARRECADAÇÃO
..... Vol. 2, 150-156

DIAGNÓSTICO DA INSTABILIDADE JURISPRUDENCIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO BRASIL
..... Vol. 4, 237-266

FUNDAMENTOS PRINCIPIOLÓGICOS DO DIREITO E O DEVIDO PROCESSO LEGAL TRIBUTÁRIO
..... Vol. 4, 287-324

O PRINCÍPIO DO NÃO-CONFISCO
..... Vol. 12.2, 31-48

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: O LIMITE DA LEGALIDADE DA CONDUTA DO CONTRIBUINTE
..... Vol. 4, 73-90

RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
.....Vol. 13.2, 91-100

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
..... Vol. 1, 363-379

ARGUMENTAÇÃO E HERMENÊUTICA

A ESPECIALIZAÇÃO DO SABER NO DIREITO
..... Vol. 8, 117-129

A LINGUAGEM JURÍDICA COMO ATO COMUNICATIVO: UMA CONCEPÇÃO SINTÁTICO-SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA
..... Vol. 2, 83-90

AS MOTIVAÇÕES DA SENTENÇA E A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: UMA NOVA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA
..... Vol. 6, 113-136

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
..... Vol. 2, 141-149

O CAMINHO HERMENÊUTICO DO JURISTA NA APLICAÇÃO DAS NORMAS
..... Vol. 11, 103-120

REGRAS, PRINCÍPIOS, VALORES E POSTULADOS PARA BEM APLICAR O DIREITO
..... Vol. 6, 257-282

CIÊNCIA POLÍTICA

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LIBERDADE: DA PRÉ-MODERNIDADE, À MODERNIDADE EM CRISE
..... Vol. 12.2, 125-142

A PASSAGEM DA LIBERDADE NATURAL PARA A LIBERDADE CONVENCIONAL: DILEMAS DA SOCIEDADE CONTRATUAL
..... Vol. 4, 91-104

A SEPARAÇÃO DE PODERES COMO FUNDADORA DE UMA PSEUDOLIBERDADE
..... Vol. 13.1, 195-208

ANÁLISE DO FEDERALISMO ANTI-COOPERATIVO BRASILEIRO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 88: UMA REFORMULAÇÃO NECESSÁRIA
..... Vol. 3, 241-262

BIOPOLÍTICA E O CAMPO COMO PARADIGMA DO ESPAÇO POLÍTICO MODERNO: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER, SOBERANIA E HOMO SACER
..... Vol. 11, 137-154

CIDADANIA, DIREITO, LIBERDADE E NOVA ÉTICA URBANA
..... Vol. 1, 225-241

DEMOCRACIA NO PODER JUDICIÁRIO
..... Vol. 1, 250-259

O JUDICIÁRIO FRANCÊS SOB A ÓTICA DE UM JUIZ BRASILEIRO
..... Vol. 8, 131-165

PRESIDENCIALISMO E DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA
.....Vol. 6, 283-306

UM JUDICIÁRIO EFICIENTE
.....Vol. 8, 453-477

UMA ANÁLISE DA IDÉIA DE LIBERDADE NAS DIFERENTES FASES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA
..... Vol. 5, 333-346

FILOSOFIA

A CONCEPÇÃO DE TEMPO NO LIVRO XI DAS CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO
..... Vol. 1, 25-30

A PROVA ONTOLÓGICA EM ANSELMO, TOMÁS DE AQUINO E EM DESCARTES
..... Vol. 2, 17-26

CONCEPÇÕES DE DIREITO E DE ESTADO DOS SOFISTAS
..... Vol. 6, 137-146

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DA FILOSOFIA
..... Vol. 6, 57-62

CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA PARA A CIÊNCIA: UMA ILUSTRAÇÃO
..... Vol. 10, 47-58

DIREITO E LIBERDADE NA FILOSOFIA DE IMMANUEL KANT
.....Vol. 13.1, 65-78

JUSTIÇA COMO EQÜIDADE EM JOHN RAWLS: UMA LEITURA ACERCA DO SEU STATUS DE TEORIA ALTERNATIVA
..... Vol. 1, 393-399

LIBERDADE, VIOLÊNCIA E DIREITO: QUESTÕES DE MEIOS E DE FINS, UMA LEITURA EM MICHEL FOUCAULT E EM WALTER BENJAMIN
..... Vol. 8, 193-219

MORALIDADE E LEIS DE NATUREZA EM HOBBES
..... Vol. 4, 459-472

O HOMEM ANGUSTIADO
..... Vol. 5, 99-104

O PROBLEMA DA EQUIDADE DA PENA NA DOUTRINA DO DIREITO DE KANT
.....Vol. 13.2, 31-44

O PROBLEMA DA SIMPLICIDADE NO ÂMBITO DA CIÊNCIA
..... Vol. 9, 19-32

INTERDISCIPLINAR

CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÓCUS DA MULHER NEGRA BRASILEIRA SOB AS PERSPECTIVAS DE GÊNERO E DE RAÇA
..... Vol. 13.2, 339-354

DELINQUÊNCIA JUVENIL NA COMARCA DE MOSSORÓ/RN: UMA QUESTÃO DE ORDEM NORMATIVA OU DE CUNHO POLÍTICO-SOCIAL?
..... Vol. 13.1, 79-116

PARA ALÉM DO DIREITO: O FENÔMENO TOTALITÁRIO
..... Vol. 12.1, 75-88

TRABALHO INFANTIL: DELINEAMENTOS BASILARES ACERCA DESSA NEFASTA REALIDADE ARRAIGADA NAS SOCIEDADES
..... Vol. 11, 209-230

PEDAGOGIA E METODOLOGIA

A EDUCAÇÃO POPULAR EM PAULO FREIRE: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO ESTAÇÃO DE DIREITOS COMO SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA
..... Vol. 4, 325-338

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DISCIPLINA DIREITO E DESENVOLVIMENTO NOS CURSOS JURÍDICOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
..... Vol. 4, 53-62

A NOVA DISCIPLINA DO CONTEÚDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS CURSOS JURÍDICOS: DIREITO MINERÁRIO
..... Vol. 5, 519-528

INTERDISCIPLINARIDADE: UMA CONCEPÇÃO EMERGENTE NO ENSINO SUPERIOR DE DIREITO
..... Vol. 3, 231-240

O FENÔMENO EVOLUTIVO DA METODOLOGIA CIENTÍFICA
..... Vol. 7, 89-95

PSICOLOGIA JURÍDICA

A AÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA FRENTE AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
..... Vol. 5, 173-182

SOCIOLOGIA

APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA À TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
..... Vol. 7, 53-59

DO DIREITO CONSUETUDINÁRIO INGLÊS À IMPESSOALIDADE LEGAL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO DESMANTELAMENTO DA SOLIDARIEDADE RURAL E O SURGIMENTO DE OUTRA BASEADA NO CÁLCULO SISTEMÁTICO TÍPICO DO MERCADO MODERNO
..... Vol. 9, 99-114

OS EXCLUÍDOS: UMA RECONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E ECONÔMICA DO ENVOLVIMENTO COM ENTORPECENTES NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN (1986-2003)
..... Vol. 7, 377-400

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA: A PERIFERIZAÇÃO DO CENTRO E O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO PARADIGMA DE GOVERNO
..... Vol. 9, 201-222

A CONTRIBUIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA CONCRETIZAÇÃO DA DEMOCRACIA: PAPEL E LIMITES DA JUSTIÇA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA MAIORIA E DO PRINCÍPIO DO CONSTITUCIONALISMO
..... Vol. 13.2, 355-378

A DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: É POSSÍVEL RECONHECER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO UMA ORDEM OBJETIVA DE VALORES?
..... Vol. 13.1, 09-24

A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO E A EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO
..... Vol. 11, 21-36

TEORIA DO DIREITO

A INFLUÊNCIA DO RACIONALISMO NO SISTEMA JURÍDICO
..... Vol. 12.2, 77-104

A POBREZA NO DIREITO E A POBREZA DO DIREITO
..... Vol. 4, 63-72

APONTAMENTOS ACERCA DA TEORIA ESTRUTURANTE DO DIREITO E A IMPORTÂNCIA DE SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO
..... Vol. 11, 193-208

HÁ JUSTIÇA NO SÉCULO XXI SEM OPERADORES DO SÉCULO XXI?
..... Vol. 4, 389-410

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO – UMA BREVE INTRODUÇÃO HISTÓRICA
..... Vol. 1, 279-305

O DIREITO COMO CIÊNCIA
..... Vol. 12.2, 229-250

O PROBLEMA DA COERÊNCIA DO SISTEMA DE DIREITO POSITIVO NA VISÃO DE HANS KELSEN E LOURIVAL VILANOVA
..... Vol. 10, 153-170

SER E DEVER SER NA TEORIA KELSIANA DO DIREITO
..... Vol. 1, 94-102

UM ESTUDO SOBRE A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA NO PENSAMENTO DE HANS KELSEN
..... Vol. 2, 222-235

UMA LEITURA DO DIREITO ALTERNATIVO
..... Vol. 3, 149-174

TEORIA DO ESTADO

FALIBILIDADE DO CRITÉRIO DE INTERVENÇÃO PARA DELIMITAÇÃO DO MODELO DE ESTADO LIBERAL
..... Vol. 12.2, 197-210

TEORIA GERAL DO PROCESSO

A NECESSÁRIA POSTURA DO MAGISTRADO PARA OBTENÇÃO DA PACIFICAÇÃO SOCIAL
..... Vol. 13.2, 125-146

DA INTANGIBILIDADE DA VERDADE À IMPROPRIEDADE DOS PRINCÍPIOS DA VERDADE MATERIAL E VERDADE FORMAL
..... Vol. 11, 173-192

JURISDIÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA VISÃO PROCEDIMENTALISTA PARA A TUTELA SUBSTANCIAL DOS DIREITOS
..... Vol. 13.2, 291-312

PONDERAÇÕES ACERCA DO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
..... Vol. 13.1, 157-172